SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL CONTRAF

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXIV n° 6210 – 02 de janeiro de 2020

A VOLTA DO PROER

Dinheiro público para bancos

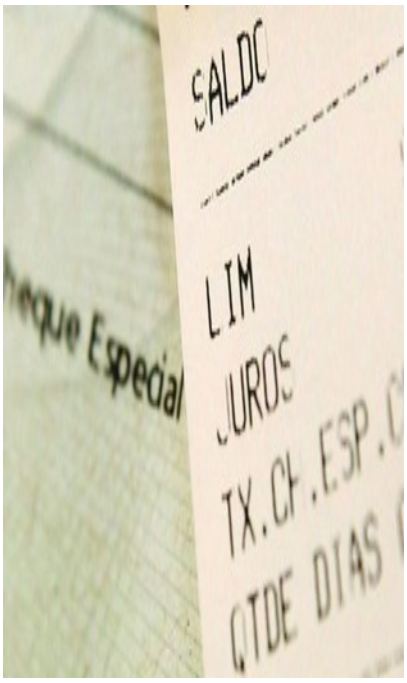
Pode parecer piada de mau gosto, mas é sério. Enquanto arranca o couro do povo brasileiro, reduzindo os valores da aposentadoria com a reforma da Previdência, taxa o seguro-desemprego desonerando empresas e retira direitos dos trabalhadores, o governo através do Banco Central decidiu ressuscitar o Proer, o programa criado por FHC para socorrer bancos.

É inacreditável, mas o Presidente, orientado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quer criar um fundo com dinheiro público, para socorrer bancos "em dificuldade".

Num país em que o sistema financeiro possui a maior lucratividade do mundo e não para de bater recordes nos ganhos às custas dos maiores juros do mundo, o programa econômico de Guedes, acautelado, trata de proteger o baronato brasileiro, caso seu plano econômico ultraliberal leve o país de vez para o fundo do poço.

Para Guedes vale o ditado popular: "Farinha pouca, meu pirão primeiro". Mesmo que, no caso dos banqueiros, a farinha seja farta como nunca.

Limite de juros para cheque especial começa a valer no próximo dia 06



Modalidade de crédito com taxas que quadruplicam uma dívida em 12 meses, o cheque especial terá juros limitados a partir da próxima segunda-feira, 06/01. Os bancos não poderão cobrar taxas superiores a 8% ao mês, o equivalente a 151,8% ao ano.

A limitação dos juros do cheque especial foi decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim de novembro. Os juros do cheque especial encerraram novembro em 12,4% ao mês, o que equivale a 306,6% ao ano.

Ao divulgar a medida, o Banco Central (BC) explicou que o teto de juros pretende tornar o cheque especial mais eficiente e menos regressivo (menos prejudicial para a população mais pobre).

Para a autoridade monetária, as mudanças no cheque especial corrigirão falhas de mercado nessa modalidade de crédito.